

Privatizar o ensino público?

Eurides Brito da Silva

A busca de recursos e de maior produtividade para a educação tem levado uma salutar debate em busca de novas alternativas. Uma delas foi proposta neste jornal, dia 16 último, pelo sr. Ives Gandra da Silva Martins Filho. Trata-se de alterar o salário-educação, que é uma contribuição sobre a folha de pagamentos, paga pelas empresas à Previdência, ao FNDE, com vistas à manutenção do ensino fundamental público. Do seu valor a empresa pode deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes. O articulista propõe, com base no ideário liberal, que o salário-educação seja pago diretamente, pelas empresas aos seus empregados, para que estes custeiem sua própria educação e a de seus filhos e dependentes que não tenham completado o ensino fundamental. Tratar-se-ia de um vale — o vale-educação —, utilizado pelos empregados no estabelecimento de ensino que melhor lhe conviesse, fosse ele particular ou público. Supõe-se que, havendo liberdade de escolha para as famílias, as escolas competiriam entre si para atrair alunos, assegurando melhor qualidade do ensino.

A proposta tem origem na idéia norte-americana dos *vouchers*, já debatida nos anos 70 como resposta à óbvia decadência qualitativa da educação. Com a ascensão do Partido Republicano à Presidência da República, os ideais econômicos neoliberais ganharam muitos pontos. Por duas vezes, na era Reagan, tentou-se quebrar o chamado monopólio estatal da educação, criando o vale-educação. Apesar de algumas experiências relativamente bem-sucedidas em Vermont e Minnesota,

não se logrou a generalização da medida. O assunto evoluiu então para incentivar a livre escolha entre escolas públicas, libertando os pais de limitações como a área de residência. Um grande número de distritos escolares já experimentava programas de livre escolha, quando o presidente Bush, no ano passado, propôs ao Congresso, no âmbito do pacote de reformas “América 2000”, várias providências em favor da livre escolha. Ainda assim, a oposição objeta que isso pode determinar o fim da escola de vizinhança e destruir a igualdade de oportunidade, uma vez que os estabelecimentos como maiores possibilidades podem absorver os melhores alunos e a maior parte dos recursos.

Como se vê, o quadro é complexo. Os pressupostos econômicos nem sempre se verificam, mesmo na realidade onde são gerados, quanto mais abaixo do Equador... No Brasil, se a má qualidade estivesse localizada nas escolas públicas, a questão seria simples. Se a competição entre os estabelecimentos ocorresse tendo como alvo a boa qualidade (isto é, venceriam os melhores), tudo seria ainda mais fácil. Ocorre, porém, que existe número altamente significativo de escolas boas e ruins nas redes públicas e particular. Além disso, há escolas que triunfam no mercado por serem boas e outras por serem ruins, as chamadas PPs (pagou, passou) e as faculdades de fim de semana. Para dificultar mais ainda a situação, as pesquisas que constataram a superioridade da escola particular em outros países não conseguem responder satisfatoriamente à pergunta: teriam as escolas privadas o mesmo desempenho se contassem com os mesmos alunos e recursos das escolas públicas?

Sabemos que o salário-educação

hoje é vital para a sobrevivência da rede pública. As secretarias, enfrentando a dureza das dificuldades econômicas, contam com a sua modesta receita basicamente para assegurar o mínimo de construções, ampliações e reformas de prédios escolares. Ora, promover competição nos termos dos *vouchers* seria liquidar um dos competidores e guiar-se por uma solução que não venceu nem no país da livre iniciativa por excelência. Ademais, é duvidoso que o vale em que seria transformado o salário-educação fosse suficiente para cobrir as mensalidades ou o custo/aluno em muitas redes públicas.

Por outro lado, vejamos: Portugal, sem privatizações e medidas similares, está conseguindo revolucionar o ensino básico (de nove anos) com um programa voltado para o sucesso educativo. Para tanto, dispõe de consenso no topo da administração pública, procedimentos democráticos na base e uma grande vontade de acertar o passo com a Comunidade Européia. Dinheiro? Cerca de 50 a 60 dólares por aluno/ano (custos diretos e indiretos), o que não é muito. Os fundos são voltados primordialmente para ações que produzam efeitos multiplicadores. A competição ou emulação entre as escolas é incentivada, mas não nos termos do “América 2000”. As escolas são estimuladas a exercerem autonomia responsável e a disputarem recursos para projetos específicos. As coisas caminham bem. Por que não pensar nas soluções de que dispomos aqui mesmo e nas alternativas que estão dando certo em outras realidades, em vez de pensarmos em propostas derrotadas?

■ Eurides Brito da Silva é líder do PTR na Câmara dos Deputados